ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE VIÇOSA/MG

187ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026.

Ata da 187ª (centésima octogésima sétima) reunião do Comitê de Investimentos realizada aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às oito horas, na sede do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa – IPREVI. A reunião foi iniciada pelo Coordenador de Investimentos Edivaldo Antônio da Silva Araújo contando com a presença dos membros do Comitê de Investimentos, Clarice Pereira de Paiva Ribeiro, Luís Roberto Andrade, Monique da Silva Santana, Lucimara Rodrigues da Silva Dias, Valdinei da Silva Araújo e da Diretora Administrativo-Financeira, Eliane Antônia Pereira dos Reis. A reunião iniciou-se com os seguintes assuntos pautados *1 - Análise do retorno dos investimentos em relação à meta atuarial do mês de setembro de 2026, 2- Análise da carteira de investimentos e alocação de novos recursos, 3 - Aprovação do Manual de Investimentos do Instituto; 5 – Posse dos novos membros do Comitê; 6 - Assuntos gerais.* O Coordenador do Comitê, Sr. Edivaldo iniciou a reunião dando posse aos novos membros do Comitê indicados pelo Conselho Municipal de Previdência do IPREVI, conforme ata nº 17, de 13 de outubro de 2026, nomeados para um mandato de quatro anos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 04, de 12 de dezembro de 2025 com alterações introduzidas pela Lei Complementar Municipal nº 02, de 05 de outubro de 2026. Empossados os novos membros, o Comitê prosseguiu para a análise dos relatórios de investimentos do mês de setembro, verificou-se que o patrimônio líquido da carteira encerrou o período no montante de R$ R$177.741.812,37, registrando retorno financeiro no valor de R$3.527.596,87, correspondente à rentabilidade de 1,9729%, sendo a meta atuarial projetada para o período encontrava-se fixada em 1,2788%, resultando em atingimento de 154,2791% da meta estabelecida no mês. Foi aplicado, neste período, o montante de R$8.264.878,75 e resgatados R$4.586.457,73. A carteira dos investimentos, no mês analisado, encontrava-se assim distribuída: Títulos Públicos de emissão do TN, Art. 7º, I: R$84.071.555,68 (47,2989%), Renda Fixa (SELIC) Art. 7º, III: R$3.501.967,04 (1,9702%); Renda Fixa (CVM) Art. 7º, V: R$51.810.733,48 (29,1493%); Fundos de Ações (CVM) Art. 8º, I: R$33.746.619,09 (18,9859%); Fundos de Ações (BDR/ETF), Art. 8º, III: R$855.424,39 (0,4812%) e Investimentos Estruturados classificados como Multimercado, Art. 10, I: R$3.755.512,69 (2,1129%). Após análise, constatou-se que a carteira se mantém em conformidade com os limites de alocação permitidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e pela Política de Investimentos vigente. Observa-se que o segmento de Renda Fixa apresentou retorno positivo de R$ 1.473.071,47, correspondente à rentabilidade de 1,0338%, demonstrando estabilidade e aderência ao cenário econômico doméstico. O segmento de Renda Variável apresentou rendimento positivo de R$2.045.047,00, correspondente à rentabilidade de 6,2814%, devido à melhora das expectativas do mercado em relação ao cenário econômico brasileiro e à valorização dos ativos domésticos. O segmento Estruturado apresentou rendimento positivo de R$ 9.478,40, registrando

retorno correspondente à 0,2530% no período. Analisando o cenário doméstico, observou-se que a taxa Selic foi reduzida de 14% para 13,75% ao ano, no quinto corte consecutivo do ciclo. Os juros seguem em patamar elevado, cogitando a necessidade de cautela diante dos riscos fiscais, climáticos e do cenário externo, mesmo assim, a renda fixa segue atrativa. O IPCA de agosto foi de -0,32%, e em doze meses, a inflação alcançou 4,22%. O momento pede cautela e visão de longo prazo, com diversificação e equilíbrio na gestão de investimentos. Os mercados globais voltaram a ser pressionados pela intensificação dos conflitos entre Estados Unidos e Irã, elevando os riscos para a energia, commodities e inflação mundial. Ao longo do mês, os títulos de renda fixa representados pelo índice IRF-M apresentaram rendimento de 1,86%, enquanto os títulos indexados à inflação, representados pelo índice IMA-B apresentaram rendimento de 3,02%. A bolsa brasileira, por sua vez, representada pelo índice Ibovespa, apresentou valorização de 5,03%, enquanto o CDI teve rendimento de 1,08%. A Bolsa Americana, representada pelo índice S&P 500, apresentou queda de 0,8%, enquanto o dólar (PTAX) apresentou desvalorização de 0,01% no mês, com o real cotado a R$ 5,18/US$. Dando prosseguimento à pauta, os membros do Comitê deliberaram aplicar os novos recursos no fundo FI CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RF LONGO PRAZO (CNPJ 05.164.356/0001-84), conforme orientação do consultor financeiro. Na ocasião, o Sr. Edivaldo comprometeu-se a entrar em contato com o consultor para solicitar uma análise do cenário econômico a fim de subsidiar o Comitê na decisão sobre a continuidade das aplicações no fundo mencionado. Ainda comentou, que no mês de novembro pedirá também ALM para auxiliar na preparação da Política de Investimentos para o exercício de 2027. Pediu a todos que fizessem a leitura da Orientação SEI nº 2/2026/DRPPS/SRPC-MPS, de que trata dos documentos e informações solicitados para o acompanhamento e supervisão das aplicações de recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. A Diretora Financeira, Sra. Eliane, reforçou a importância da leitura minuciosa do artigo 6.1.3 da referida Orientação. Este item específico dispõe sobre a participação do conselho deliberativo no processo decisório de investimentos. Outro assunto pautado foi a aprovação do Manual do Comitê de Investimentos cuja deliberação foi adiada para a próxima reunião em razão da chegada dos novos membros, que deverão tomar conhecimento do texto e manifestar suas opiniões, caso necessário. Nada mais havendo a tratar, o Coordenador de Investimentos, Sr. Edivaldo, declarou encerrada a reunião, às nove horas e vinte minutos. Integram a presente ata os documentos complementares que subsidiaram as análises e manifestações deste Comitê. Registra-se que tais documentos se encontram devidamente arquivados no âmbito do Instituto, garantindo sua rastreabilidade, em cumprimento aos princípios da transparência e publicidade, bem como aos prazos e exigências estabelecidos nos normativos vigentes aplicáveis aos RPPS. Eu, Luís Roberto de Andrade, lavrei a presente ata, que após aprovada será assinada por todos os presentes e encaminhada à Diretoria Executiva para as providências cabíveis. Edivaldo Antônio da Silva Araújo – CP RPPS DIRIG II e CP RPPS CGINV I _____, Clarice Pereira de Paiva Ribeiro – CP RPPS CGINV II _____, Luís Roberto de Andrade - CP RPPS CGINV I _____, Monique da Silva Santana - CP RPPS CGINV I _____, Eliane Antônia dos Reis – CP RPPS DIRIG I _____, Lucimara Rodrigues da Silva Dias - CP RPPS CGINV I _____, Valdinei da Silva Araújo - CP RPPS CGINV I _____.